

O FUTURO POLÍTICO DA EUROPA

Parceiros naturais na Europa Central e Oriental: a Áustria e o alargamento da União Europeia

Martin Sajdik|Lothar Jaschke

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria

Tradução de Sara Amador

A Áustria como Estado da Europa Central e Oriental

O escritor checo e membro da «Carta dos 77», Milan Kundera, disse um dia a respeito da Europa Central que «a Europa Central não é nenhum Estado; é uma cultura ou um destino. As suas fronteiras são imaginárias e têm de ser reassignadas em cada nova circunstância histórica».

A importância que a Áustria atribui ao alargamento e às relações com os Estados da Europa Central e Oriental resulta das experiências históricas, o carácter próprio da população, a situação cultural do espaço – muitas vezes motivo para uma integração, quando tal não era politicamente possível – bem como da sua situação geográfica.

Durante quatro décadas, a Áustria foi uma região de fronteira com a Cortina de Ferro. Para os austríacos, que até 1918 estavam habituados a estudar diariamente no jornal o boletim meteorológico de Czernovitz, Cracóvia, Trieste ou Praga e viviam num espaço orientado para as multinacionalidades, a configuração das relações, muitas vezes pessoais, com os vizinhos da Europa Central e Oriental viriam a ser na verdade mais difíceis – o Rei Cardeal falava de uma pesada ofensa que a Áustria sofreu durante a Guerra Fria. Não obstante, as relações nunca acabaram.

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente da República, Kirchschräger, recorda «o facto da Áustria, no ano de 1956, durante a Revolução na Hungria ter dado asilo a desertores (e esta prática do asilo, à data da invasão pelo Pacto de Varsóvia da Checoslováquia, em 1968, manteve-se na mesma inalterável). A Áustria deu um apontamento de humanidade à neutralidade o que seria imediatamente conhecido e reconhecido pelas gentes nos Estados dos grandes adventos actuais».

Durante a Guerra Fria, a Áustria desempenhou a função de «montra» da ordem social de uma democracia parlamentarista e de uma economia de mercado. Esta função foi um dos pressupostos para os acontecimentos de 1989 e de 1990. A Cortina de Ferro era menos «de ferro» na fronteira austríaca; a compreensão da alma eslava e húngara e da sua profundidade, num Estado cuja própria população é, em boa parte, de ascendência eslava e húngara, era maior que em qualquer outro lugar. Aquilo que viria a ser tornado conhecido pelas visitas à Áustria assim como pelos meios de comunicação, permitiu que se estabelecesse comparação entre níveis de vida o que por fim conduziria à queda do Muro.

Esta abertura sucede a um longo período de transformação económica, política e social, (doloroso para grande parte da população e muito produtivo para uma pequena camada), para uma forma de governo pluralista e de economia de mercado.

Após o entusiasmo com os acontecimentos de 1989 e de 1990, instalou-se uma fase de «grande desilusão». Apesar do efeito, em parte drástico, da reforma política nos Estados da Europa Central e Oriental, não se assistiu a nenhuma agitação social radical. O desenvolvimento podia tranquilamente seguir caminho.

Um inquérito de opinião levado a cabo em 1996 sob o título «Estilos de Vida na Europa Central e Oriental» concluiu que a maioria dos inquiridos encaravam o seu estado actual com optimismo e esperavam até uma melhoria nos próximos cinco anos. Uma componente essencial era a aproximação à União Europeia (ue). Os esforços dos peço (Países da Europa Central e Oriental) para uma adesão à ue podem ser vistos também como um meio de consolidar o processo de transformação do sistema e para resgatar o seu direito histórico de participação na prosperidade e estabilidade dos «Ocidentais».

Os Estados da Europa Central e Oriental – quatro dos quais são Estados vizinhos da Áustria, cujas fronteiras distam apenas entre uma a duas horas de automóvel de Viena – inauguram daqui em diante uma nova fase na política externa da Áustria. Para Viena tal significa o nascer de uma situação de mudança, novas premissas para a criação de relações culturais, científicas, económicas e espirituais com os Estados vizinhos e o fim da região fronteiriça da Guerra Fria. O escritor austríaco Gerhard Fritsch falou da Áustria – muito antes do advento político na Europa Central e Oriental – como o Estado «onde se cruzam as estradas, de quatro direcções da Europa, não apenas de três; também no Leste está a Europa; quem se esquece disto nada pode dizer sobre este país».

O facto de em Viena se cruzarem estradas explica também, por exemplo, por que razão mais de quinhentas empresas internacionais de renome trabalham nos mercados da Europa Central e Oriental e, inversamente, cerca de quatro mil empresas da Europa Central e Oriental abriram escritórios na capital federal da Áustria de modo a estarem presentes nos mercados da União Europeia. Viena é actualmente, devido à sua qualidade de «peritos do Leste», uma localização atractiva para muitas instituições e empresas multinacionais. A acção destas organizações é imprescindível, uma vez que, muitas vezes, promovem o contacto, a necessária confiança mútua e funcionam como fórum de discussão.

Também a Comissão Europeia reconheceu este papel desempenhado pela Áustria salientando que «a Comunidade irá tirar proveito da experiência de um Estado que, em virtude da sua localização geográfica, o seu passado, herança e nova habituação à União, se situa exactamente no centro dos acontecimentos de que resultam a nova Europa».

Diante deste plano de fundo as relações empresariais tornaram-se uma significativa conjuntura de apoio à economia austríaca: procura de postos de trabalho adicionais; um adicional crescimento de 2.4 a 3 por cento através da abertura do Leste; e, progressos no investimento e na exportação.

As empresas austríacas foram muitas vezes as primeiras a efectuar investimentos nos Estados da Europa Central e Oriental. Foram fundadas acima de quinze mil joint ventures por empresas austríacas e investidos cerca de cinco milhões de dólares. Com isto, a Áustria é o quarto maior investidor nos Estados da Europa Central e Oriental possuindo uma quota de mercado de 8 por cento. Na Eslováquia e na Eslovénia, a Áustria é o maior investidor e o terceiro na Hungria.

A Áustria desempenha, no seio do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (berd) um importante papel no apoio aos processos de reforma na Europa Central e Oriental. Em 1996 quase 12 por cento da totalidade do volume dos

projectos financeiros privados deste Banco – mais de 81 mil milhões de ecus – provieram de Viena. «A Áustria é, com isto, o parceiro económico número um do berdo», afirmou o seu director, Jacques de Larosière, em Setembro de 1997.

O comércio externo com os peca triplicou desde 1991 e tornou-se nitidamente o ponto mais forte na totalidade do comércio externo austríaco. De 1991 a 1997 a quota relativa das exportações dos Estados da efa subiu de 5 para 13 por cento em todos os peca, existindo até casos em que se registaram subidas das exportações de 8 para 16 por cento.

Mas Europa Central e Oriental não significa apenas, porém, novos mercados ou transacções económicas; são – tal como manifestou Rudolf Kirchschräger – «pessoas com uma consciência europeia muito forte, com uma riqueza em cultura e tradição».

Uma cooperação muito frutífera ocorre no âmbito cultural através da organização de projectos comuns e de intercâmbios, nomeadamente a promoção recíproca de artistas e estudantes – estes últimos enquadrados em resultado de uma iniciativa austríaca, Central European Exchange Programme for University Studies –, um intercâmbio que muito contribuiu para o entendimento mútuo. Já em 1989 e 1990 seriam concebidos e postos em prática os respectivos primeiros programas.

A vida académica do nosso Continente seria duradouramente caracterizada pela Europa Central como o centro intelectual da Europa. A fundação das primeiras universidades teve lugar em Praga e Viena no século xiv e em Cracóvia no século xv. A vida social austríaca é essencialmente influenciada por artistas da Europa Central e Oriental: na literatura, Elias Canetti (Bulgária), Paul Célán (Bukowina; hoje, em parte, Ucrânia), Franz Kafka (Boémia), Rainer Marie Rilke (Mähren), Milo Dor (Belgrado), France Presern (Eslovénia), Eugéne Ionesco (Roménia); na música, Bela Bártok e Zoltan Kodaly (Hungria), Friedrich Smetana e Anton Dvôrak (Boémia), Frédéric Chopin (Polónia); e, nas artes plásticas, Victor de Vasaréyi e Mocholy-Nagy (Hungria), Joze Plecnik (Eslovénia), Constantin Brancusi (Roménia). Artistas notáveis representaram – ou ainda representam – o seu país ao mais alto nível político: Jelio Jeleu na Bulgária; Arpad Göncz na Hungria, ou Vaclav Havel na República Checa, a quem a Áustria, em 1989, numa altura em que este pertencia à oposição, conferiu o Prémio Estatal para a Literatura Europeia.

A rica História da Europa Central, em grande parte reunida em Viena, trouxe representantes de todo o círculo cultural europeu a uma cidade que, durante oitocentos anos, foi a capital de um Império de muitas Nações (da Europa Central), um valor indispensável na formação europeia.

De maior significado é, por conseguinte, o apoio concreto no âmbito cultural. Aqui, a cooperação com os Estados da Europa Central e Oriental é caracterizada por medidas como a organização de cursos de orientação cultural, instituição de locais de estágio e ateliers, bolsas de estudo, apoio a tradutores, subvenções para artistas da Europa Central e Oriental, fornecimento de documentação na área da literatura, instituição de bibliotecas austríacas e salas de leitura (existem actualmente quarenta), envio de professores austríacos para universidades na Europa Central e Oriental (nos dias de hoje cerca de oitenta), edição colectiva de livros, convites para expor e convite a professores catedráticos.

A cultura estrangeira é e permanece uma clara parte da política externa austríaca. A cultura realizou um trabalho de construção e abriu portas que antes permaneciam

fechadas. Somente através da estreita cooperação política, cultural e económica poderá ser realizado um trabalho com sentido.

A Áustria estabeleceu uma vasta rede de acordos bilaterais de âmbito económico, comunicações, educação, impostos e investimentos com os candidatos à adesão da Europa Central e Oriental. Acordos de cooperação sobre um trabalho comum nas áreas económicas, científicas e técnicas, que daqui em diante põe todos os candidatos à adesão em confronto e abre um diálogo bilateral com cada um dos peca. A estreita cooperação em diversas áreas e domínios existe também no contexto de organizações regionais e disso são exemplo iniciativas como aquela que ocorreu a 11 de Novembro de 1989, na Europa Central, na qual participou a Áustria, a Hungria, a Itália e a Jugoslávia e, entretanto, veio a abranger dezasseis Estados, no âmbito da Comissão do Danúbio ou de outras comunidades de trabalho.

Possibilidade e desafio para a Europa

O significado do alargamento

A constante mudança é a única característica certa do futuro. A Europa no final do século xx é, para tal, um exemplo convincente. O Continente possui realidades espirituais e políticas que serão abandonadas e um sistema social que só há pouco tempo definiu uma grande parte da Europa, perfeitamente reorganizada dentro de poucos anos. Nisto, é notável a vontade e a aceitação de reformas por parte da população, bem como a energia e rapidez de todos os peca em quebrar tabus que persistiam desde há décadas e em criar novos pontos de referência políticos, económicos e sociais.

A grande revolução dos anos de 1989 e de 1990 eliminou definitivamente a divisão da Europa e abriu uma nova fase histórica no Continente. O ponto de cristalização do desenvolvimento é a ue o seu carácter supranacional demonstrado pelo facto de dez Estados da Europa Central e Oriental nomeadamente, Bulgária, Estónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, República Checa e Hungria terem apresentado, entre 1994 e 1996, propostas de adesão.

A União Europeia, por sua vez, reagiu rapidamente ao desenvolvimento histórico e, imediatamente após, desenvolveu uma estratégia orientada para os peca. Para tal prosseguiu dois objectivos. Por um lado, familiarizar os Estados da Europa Central e Oriental aos direitos e obrigações resultantes do processo de integração europeia; por outro lado, conferir um novo impulso e uma nova dinâmica a este mesmo processo. Afinal, estes reforçam-se mutuamente.

A ue está hoje, provavelmente, perante a fase mais interessante da sua história. Questões essenciais no âmbito externo e interno terão de ser, ao mesmo tempo, tratadas e resolvidas: o processo de adesão, que abrange Estados com diferentes níveis de desenvolvimento; a implantação de uma moeda comum; amplas reformas na Política Agrícola Comum e estrutura política; e, uma nova orientação financeira da União.

Tema central é a questão do alargamento da União Europeia. Independentemente da forma como o processo de adesão seja definitivamente estruturado e concluído, uma ue com vinte e seis ou mais Estados já não é hoje nenhuma utopia, nenhuma visão, mas sim uma noção concreta que será realidade no início do próximo século. Nunca a possibilidade de uma união pacífica na Europa tinha sido tão grande. Já em 1995 o

Conselho da Europa assegurava que «o alargamento é uma necessidade política e uma possibilidade histórica para a Europa».

Os tratados fundadores nunca se restringiram aos actuais Estados-membros da ue mas, desde o início, interessaram-se em abranger a totalidade da Europa. Desde o início dos acontecimentos de 1989 e de 1990 que se tornou possível a participação dos peco na integração europeia. Com o alargamento não se procurou nenhuma nova orientação estratégica da ue, mas sim a execução de um processo adiado pela Guerra Fria e, por conseguinte, da conclusão da orientação europeia para a unificação na sua estrutura geográfica natural. Somente uma União Europeia que também compreenda os peco poderá satisfazer os objectivos da integração europeia de «uma aproximação cada vez mais estreita entre o povo europeu» bem como a «defesa e consolidação da paz e da liberdade».

A adesão dos peco à União e a sua equiparação formal aos actuais Estados-membros da ue está, por conseguinte, vocacionada para procurar ultrapassar o rasto de uma Europa dividida, mas também para conferir estabilidade e prosperidade aos Estados que até aqui não puderam participar na integração europeia.

A alternativa de nova associação ou integração no mercado interno sem associação à ue (semelhante ao modelo do espaço económico europeu), propostas nas discussões públicas sobre a questão do alargamento, em contrapartida, não iriam conduzir a nenhuma estabilidade duradoura.

Dentro de relativamente pouco tempo será iniciada a nova orientação social, económica e política em cada um dos diferentes sistemas. Os progressos resultantes destas transformações radicais são notáveis, visto que os Estados-membros não puderam receber qualquer impulso de crescimento, em parte devido à recessão económica existente no início dos anos noventa. O empenho dos peco na adesão à ue poderá também ser visto como um meio de consolidar o processo de transformação dos seus sistemas.

Sem perspectivas concretas de associação à ue poderiam enfraquecer nesses Estados os esforços de aproximação às nossas normas e, de novo, assim, consolidar a dicotomia europeia.

Os efeitos positivos a médio e longo prazo da integração destes Estados estão lado a lado com os custos de adesão.

De acordo com a previsão financeira da Agenda 2000 para os anos de 2000-2006, a pré-ajuda aos candidatos à adesão eleva-se a 21 mil milhões de ecus, ou seja 0.05 por cento do pnb de todos os Estados-membros. Com a adesão de um grupo de candidatos no ano 2002 os «custos» irão aumentar para cerca de 0.15 a 0.20 por cento do pnb dos actuais Estados-membros.

Precisamente na questão financeira reside a consideração do «dividendo da paz» e com isso uma relativização dos crescentes custos necessários. Ainda há poucos anos atrás todos os Estados o teriam aprovado com entusiasmo. A Europa Ocidental manifestava-se contra a instalação de mísseis de médio alcance e oferecia 0.20 por cento do pnb para financiar a destruição da Cortina de Ferro.

O financiamento do alargamento pode ser negado, após a avaliação pela Comissão, no âmbito do limite máximo actualmente válido de despesas de 1.27 por cento da totalidade do pnb de todos os Estados-membros. Tal poderá ser uma realidade porque o orçamento com o crescimento económico da ue «progride» em montante real e, se se observarem as últimas despesas feitas, o limite máximo de 1.27 por cento ainda nunca foi ultrapassado.

Um elemento essencial da estratégia de pré-adesão à ue é a cooperação com instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial ou o berd para a criação de infraestruturas. Por exemplo, só para o saneamento ambiental são necessários, após avaliação do Banco Mundial, centenas de milhares de dólares.

Não deverá ser descurado que o alargamento exige também altos custos aos candidatos à adesão. Ao lado dos custos directos como, por exemplo, para a adaptação jurídica ou para a coordenação e direcção de negociações de adesão, surgem mudanças maciças a nível estrutural e com isso elevados custos sócio-económicos para os Estados que, ainda não há dez anos, iniciaram a adaptação do seu sistema social de uma economia dirigida para uma economia de mercado e para a democracia. Os critérios de convergência exigem inúmeras adaptações por parte destes Estados.

As relações entre os candidatos à adesão da Europa Central e Oriental e a União Europeia

A União Europeia conseguirá dentro de poucos anos um conjunto notável de instrumentos de apoio aos candidatos à adesão da Europa Central e Oriental:

- o Programa phare, surgido em 1989, mobilizará até 1999 onze mil milhões de ecus, e dessa data até 2006 disponibilizará mais 10.5 mil milhões de ecus aos peco;
- os acordos europeus que procuram a associação entre a União Europeia e os Estados da Europa Central e Oriental. Estes foram negociados «no conhecimento de que os peco têm procurado a associação à União e, na opinião das partes, os acordos irão ajudar a realizar este objectivo». O intuito destes acordos consiste em fomentar uma estreita cooperação económica, social, financeira e cultural, um profundo diálogo político e uma zona de comércio livre. Tal entrará em vigor entre 1999 e 2004;
- um diálogo multilateral entre os Estados da Europa Central e Oriental e a União Europeia, incluindo a possibilidade de partilhar determinados aspectos da pesc;
- comércio livre e zona de procedência eg/efta e peco; e,
- parcerias de adesão em que cada candidato à adesão terá de cumprir prioridades e objectivos intermédios, antes da adesão à União Europeia.

Estes instrumentos foram criados em 1994 pela ue e são fundamentais na sua estratégia de incorporação dos peco.

O Conselho Europeu de Copenhaga, celebrado em Junho de 1993, colocou em serviço um mecanismo que conduziu finalmente ao início de um processo concreto de adesão e de negociações de adesão. Apenas alguns meses após a abertura das negociações de adesão com os Estados da efta, Finlândia, Noruega, Áustria e Suécia, os Estados da União Europeia aceitaram que os Estados da Europa Central e Oriental se tornassem membros da ue. Com isto pela primeira vez na sua história a União Europeia fez uma promessa de associação. Ao mesmo tempo, o Conselho Europeu de Copenhaga estabelecia um conjunto de critérios de adesão, os chamados «critérios de Copenhaga»:

- realização da estabilidade institucional como garantia para a ordem democrática e do Estado de direito, para a defesa dos direitos humanos bem como o respeito e protecção de minorias;
- economia de mercado com capacidades funcionais;
- a capacidade para resistir à pressão da concorrência e à força do mercado no seio da União;

- aceitação das obrigações resultantes de uma associação e do objectivo da União Política bem como da União Económica e Monetária; e,
- capacidade da União para receber novos membros.

Desde este momento tornou-se claro que a União Europeia iria estender-se aos Estados da Europa Central e Oriental. Manteve-se em aberto o momento e a modalidade de adesão.

Na sequência disto, o Conselho Europeu de Madrid, que teve lugar em Dezembro de 1995, e, particularmente, o Conselho Europeu do Luxemburgo, concretizaram o «alargamento do projecto». Os garantes são:

- intensificação da estratégia de pré-adesão à ue até aqui utilizada;
- revisão do «acquis» da União com todos os candidatos à adesão;
- introdução de um extenso processo de adesão no qual todos os candidatos partilham da mesma legitimidade; e,
- abertura de negociações de adesão com seis candidatos (Hungria, Eslovénia, República Checa, Polónia, Estónia e Chipre) através da convocação de conferências bilaterais de adesão.

O Conselho Europeu do Luxemburgo deu início às negociações com cada um dos candidatos sobre as regras e os instrumentos.

Para acentuar estas ideias bem como o carácter aberto e flexível do processo de adesão, acordou-se iniciar a prova do «acquis» da União com todos os candidatos à adesão. É essencial a instalação de uma estratégia de pré-adesão eficiente que tome em consideração as necessidades individuais de cada candidato.

Seis meses após a assinatura do Tratado de Amesterdão viria então a ser realmente aberto o processo de adesão, a 30 de Março de 1998, através de uma audiência colectiva de todos os vinte e seis ministros dos Negócios Estrangeiros. No dia seguinte começaram as negociações de adesão com o Chipre, Hungria, Polónia, República Checa, Estónia e Eslovénia. Esta escolha foi baseada na tomada de posição da Comissão Europeia, estabelecendo-se os seguintes princípios:

- cumprimento dos critérios políticos (estabilidade das instituições, direitos humanos, democracia); e,
- capacidade de cumprimento dos critérios económicos (capacidade de concorrência e economia de mercado) em tempo médio (cinco anos).

Com a declaração da Comissão e as conclusões do Conselho Europeu do Luxemburgo, ocorrido a 12 e 13 de Dezembro de 1997, iniciava-se uma nova fase no processo de união da Europa. A aproximação está, daqui em diante, direccionada para ambas as perspectivas de adesão, quer dos Estados da Europa Central e Oriental, quer da União Europeia.

Um aspecto central na aproximação à ue surgiu, em Abril de 1998, com o acesso a parcerias de adesão. Com a sua ajuda os maiores problemas dos candidatos à adesão deverão ser resolvidos ainda antes da adesão, bem como preparada a recepção e utilização da totalidade do «acquis» da União. Os candidatos à adesão deverão comprometer-se de acordo com as prioridades das parcerias de adesão, da forma mais concreta possível, a procurar o gradual cumprimento dos critérios de adesão.

Com o início do processo de adesão à União Europeia por parte dos candidatos e a abertura do debate de adesão, teve início uma nova fase na História da Europa, uma «nova qualidade do trabalho em conjunto» (ministro dos Negócios Estrangeiros

Wolfgang Schäuble), uma «nova Era» (Primeiro-Ministro Juncker). Esta é uma «possibilidade histórica» (Chanceler Federal Helmut Kohl) para colocar um ponto final na divisão da Europa. Wolfgang Schäuble, a propósito desta possibilidade, afirmou que «não existe alternativa ao alargamento. Quem quiser fomentar a liberdade, a democracia e a paz na Europa, tem de trabalhar no sentido do alargamento aos Estados da Europa Central e Oriental.

É nossa tarefa comum prosseguir com todas as forças para o objectivo maior de caminhar para uma Europa unida e para a sua conclusão eficaz. Vamos todos precisar de muita criatividade, dedicação e sorte para concretizar, de forma rápida e eficaz, o processo de alargamento – o qual deverá ser entendido como processo de unificação e de paz.

Nunca antes na História do nosso Continente havia sido tão grande como hoje a possibilidade de concretização de uma Europa unida com base na legalidade estatal, na democracia, no respeito pelo Homem, pelas minorias e pela solidariedade social.

Esta possibilidade é, ao mesmo tempo, um compromisso histórico que fazemos por quinhentos milhões de pessoas e pelas gerações vindouras».

O papel da Áustria no processo de alargamento

A participação dos peço no processo de integração é um elemento determinante para a formação da política externa austríaca. A Áustria enquanto Estado-membro da União Europeia está fortemente ligada à Europa Central e Oriental como parceiro natural desta região.

Com base na sua posição geográfica e na estreita interdependência com a Europa Central e Oriental, a Áustria será mais fortemente atingida pelo alargamento do que qualquer outro Estado-membro.

A Áustria faz fronteira com quatro candidatos à adesão (República Checa, Eslováquia, Hungria e Eslovénia). Estas fronteiras são, ao mesmo tempo, as fronteiras externas da União Europeia e, desde 1 de Abril de 1998, um dia apenas após o início do debate da adesão, são também as fronteiras externas de Schengen.

O alargamento irá significar, por conseguinte, o fim do lugar na periferia da União Europeia. Cada região da Áustria que faça fronteira com os candidatos à adesão irá ser, em larga medida, surpreendida pelas mudanças resultantes da integração dos peço na ue. A Áustria procurou, por conseguinte, uma solução que levasse em conta a defesa dos interesses particulares de todas as regiões limítrofes adjacentes aos peço.

A Áustria concebeu, em particular no domínio da instrução, uma série de programas de preparação para a adesão dos peço, os quais, entre outros aspectos, têm como objectivo transmitir a experiência austríaca nas negociações de adesão e nos trabalhos concretos da União Europeia.

A Áustria caminha para um processo de adesão aberto e integrativo, no qual todos os candidatos podem tomar parte. Após a queda do Muro e tendo em conta as consideráveis diferenças de desenvolvimento nos peço, também a Áustria aceitou o início de negociações de adesão com os Estados propostos pela Comissão, bem como a preparação de negociações de adesão com outros candidatos; contudo, o momento do reinício de negociações de adesão – apenas um elemento no vasto processo da adesão – não deverá prejudicar o seu fim.

Como princípios orientadores para o sucesso das negociações deverão estar, progressos efectivos a realizar no cumprimento dos critérios de Copenhaga, particularmente a

aceitação das normas legais da União por parte de cada um dos candidatos à adesão. Deverá ser possível que as negociações de adesão, por parte dos diversos Estados candidatos sejam concluídas em momentos diferentes.

A adesão dos peço à ue favorece ambas as partes. O alargamento da ue produz sinergias em domínios como a cultura, apoio à juventude, telecomunicações, formação profissional, ciências, investigação ou meios de comunicação, e reforça o peso internacional da comunidade. Uma União alargada teria cerca de quinhentos milhões de habitantes.

Um importante argumento político para a Europa é a maior segurança e estabilidade. Ou a ue exporta confiança para o Leste, ou o Ocidente será confrontado com a desconfiança do Leste. Vaclav Havel afirmou que «ou o Ocidente nos estabiliza ou nós desestabilizamos o Ocidente».

Só quando a Europa Central e Oriental aceitar as normas da União Europeia poderão ser encontradas soluções para as áreas delicadas existentes um pouco por toda a Europa. Por exemplo, a Áustria vê a rápida aceitação das determinações no campo ambiental e social da ue como um meio apropriado para a preparação de condições competitivas mais justas no comércio com os seus vizinhos.

Neste sentido, o alargamento apresenta-se como a melhor possibilidade de melhorar de forma eficaz a situação nas áreas do ambiente e energia. Do mesmo modo, oferece a melhor possibilidade para uma rápida adesão dos peço aos modelos sociais dos Estados-membros da União Europeia que lhes possibilitarão adquirir capacidade para enfrentar a concorrência.

Algo similar poder-se-á aplicar ao sector da comunicação, onde uma harmonização, em particular dos regulamentos técnicos, sociais e concorrenciais, deveria ter lugar antes duma abertura total.

Uma aceitação rápida e integral do «acquis» no âmbito ambiental é importante, quando a zona de comércio livre com os Estados da Europa Central e Oriental for posta em prática no ano 2002, porque de outra forma poderiam daí resultar desigualdades concorrenciais; períodos de transição deverão, por conseguinte, ser acordados somente na extensão necessária para que os peço possam cumprir o mais rapidamente possível os regulamentos ambientais da ue.

A liberdade de circulação de trabalhadores e serviços vai necessitar de medidas transitórias por razões de ordem política. Seria possível abrir gradualmente o mercado de trabalho para determinados grupos.

São essenciais medidas que tenham em vista reduzir os incentivos à emigração através de um ajustamento dos modelos sócio-políticos e dos custos salariais da ue, de forma a reduzir o impacto das ineficientes políticas de emprego e para melhorar as políticas de saúde nos Estados da Europa Central e Oriental. É também do interesse dos Estados aderentes prevenir um possível brain-drain.

Nos próximos anos não se andarà apenas à volta da preparação dos candidatos para a adesão mas também da própria União para o alargamento.

Antes de ser possível realizar a adesão deverão ser resolvidas questões de reforma interna que, desde há anos, particularmente desde a Agenda 2000, são questões essenciais da integração europeia, a Política Agrícola Comum, a coesão económica e social, a reforma institucional e o regulamento da previsão financeira para o período compreendido entre os anos 2000 e 2006.

É necessário identificar o alcance deste problema, analisá-lo, apresentar soluções apropriadas e negociar. Por exemplo, deverão ser encontradas soluções para áreas específicas como a liberdade de circulação de trabalhadores, serviços, meio ambiente, segurança, política social e comunicações. A todas as áreas mais sensíveis é aplicado, contudo, o princípio de que o alargamento e a integração dos Estados da Europa Central e Oriental constitui a melhor possibilidade para encontrar soluções comuns para a Europa. Neste sentido, deveríamos conceber o alargamento mais como uma possibilidade única, que traz grandes vantagens políticas e económicas, e menos como uma ameaça.

Serão pois tarefas essenciais no processo de adesão preparar o clima moral para uma Europa unida e acabar com o medo e as dúvidas existentes. Uma Europa unida na forma de uma cooperação supranacional abre um espaço que actualmente só com dificuldade é intelectualmente compreensível¹.

O alargamento não é fácil para ninguém. Em certas áreas serão necessários longos períodos de transição e cláusulas de salvaguarda antes de uma integração final. Em contraste com as fases anteriores do processo de alargamento, ambas as partes, tanto os candidatos à adesão como a própria UE, têm interesse nas medidas de transição.

Porém, o problema do alargamento não tem nenhuma relação com as possibilidades e melhoramentos que a adesão dos PECO irá trazer. No âmbito político, tal significa o ultrapassar das divisões na Europa, estabilidade e segurança para os candidatos e a criação de pressupostos para o estabelecimento de soluções para uma Europa comum. No âmbito económico tal significa o alargamento do comércio externo através de efeitos económicos directos e indirectos, o aumento do poder de compra nos PECO e, acima de tudo, um aumento do investimento directo externo, a redução dos juros do crédito resultante da crescente atractividade dos PECO como centros económicos¹.

Se a União Europeia quiser manter o processo de alargamento, entendido como possibilidade histórica, não deverá aceitar como impedimento a posição contrária dos interesses particulares, sob o pretexto de «obrigações de política económica».

A União Europeia e os seus Estados-membros vão precisar de muita criatividade, envolvimento e sorte para vencer de forma rápida e com sucesso o processo de alargamento, o qual deverá ser entendido como processo de unificação e de paz. Apesar dos inúmeros detalhes que estão por resolver, devemos prosseguir o grande objectivo de uma Europa unida. No final do processo de alargamento encontraremos uma Europa unida mais pacífica, mais estável, mais aberta e economicamente mais forte.

Notas

¹ A distribuição do investimento pelos vários PECO depende, menos das negociações de adesão terem ou não começado, mas mais do potencial estimado pelo investidor, o qual é influenciado, por exemplo, pelo estado das reformas.